

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas sessões deliberativas presenciais para votação de medidas provisórias nos dias 7/11, 8/11, 9/11 e 10/11. No entanto, alguns projetos de lei poderão ser apreciados essa semana. São eles: Projeto de Lei nº 4.815-B/2019 (do Senado Federal), que dispõe sobre a implementação de ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social; a atuação preventiva de acompanhamento psicológico e multidisciplinar aos seus familiares; e a realização de conferências para debater as diretrizes dos planos de segurança pública e defesa social, relator: Dep. Capitão Augusto (PL/SP) e o Projeto de Lei nº 1.776-B/2015 (Deps. Paulo Freire e Clarissa Garotinho), que inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia, relator: Dep. Charles Evangelista (PP/MG). O Projeto de Lei nº 4.168/2021 (Deps. Vinícius Carvalho e Maria Rosas), que reconhece o Cristianismo como manifestação cultural, foi votado na sessão do dia 7, relator: Dep. Júlio César Ribeiro (Republicanos/DF).

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Na pauta da comissão o Requerimento nº 32/2022, do Sr. João Daniel, requer a realização de uma Diligência desta Comissão na Ilha do Marajó, para obter informações precisas sobre o Programa Abrace o Marajó,

lançado pelo Governo Federal em março de 2020, sob a gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos, com o objetivo de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, dos municípios da região e que não têm mostrado os resultados esperados. Demanda da REPAM em reunião realizada com o Presidente da Comissão, Deputado João Daniel.

■ SENADO FEDERAL

Nesta semana ainda foi não publicada a pauta.

Reforma Fundiária estimula grilagem na Amazônia, alerta relatório do Senado

A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou no dia 1º, relatório elaborado pelo senador Fabiano Contarato (PT/ES) que analisou impacto da política de reforma fundiária instituída na gestão do atual Governo sobre os níveis de desmatamento ilegal na Amazônia. De acordo com o documento, a reforma abriu espaço para a prática da grilagem, uma das principais ameaças ao bioma. O relatório

foi feito para atender requerimento da senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA): “Um destaque entre os pontos é um específico que trata da quantidade de terras hoje no Brasil cadastradas com indícios de irregularidades. O relatório trata de algo em torno de 14 milhões de hectares, (...) e ao menos 3,5 milhões de hectares já desmatados. Este é um levantamento que muito nos preocupa”.

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos deve analisar, no dia 8, o Projeto de Lei que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que tem como objetivo a compra e venda de créditos de carbono no Brasil (PL 412/2022). Previsto na Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), o MBRE será operacionalizado em bolsas de mercadorias e futuros, bolsas de valores e entidades de balcão organizado, autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), onde se dará a negociação de títulos mobiliários representativos de emissões de gases de efeito estufas evitadas certificadas.

Parlamento Amazônico faz assembleia na Colômbia

O Parlamento Amazônico vai se reunir entre os dias 08 e 10, no Congresso da Colômbia, para a Sexta Assembleia Ordinária. A missão ocorre em meio ao debate mundial promovido pela Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), que ocorre até 18/11, no Egito. Em maio de 2022 o grupo de parlamentares se reuniu presencialmente e aprovou a declaração política que indica a institucionalização que envolve os oito Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). São eles: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Política conservadora seguirá forte nos estados amazônicos

A derrota do atual presidente na disputa eleitoral pode representar um contratempo, mas dificilmente será um obstáculo para o campo conservador assentar suas bases políticas na região amazônica. Isso porque, a despeito do resultado presidencial, diversos governos estaduais e assembleias legislativas seguirão ocupados por aliados

políticos e ideológicos do ainda presidente. Dos nove estados da Amazônia Legal, pelo menos seis serão governados pela política conservadora a partir de janeiro. São eles: Acre (Gladson Cameli), Amazonas (Wilson Lima), Mato Grosso (Mauro Mendes), Rondônia (Marcos Rocha), Roraima (Antônio Denarium) e Tocantins (Wanderlei Barbosa). Esses estados citados representam quase 70% de todas as áreas de floresta do bioma amazônico.

Delegação da Câmara dos Deputados para COP27

Após Lula ser convidado para participar, deputados enchem Lira de pedidos para ir à COP27 no Egito. Até o momento, parlamentares ambientais dizem que 15 deputados já foram autorizados por Lira a integrar a comitiva, segundo aliados. A maior parte deles filiados aos partidos aliados a Lula. Dos parlamentares já autorizados, destacamos que quatro são do Partido dos Trabalhadores, (PT). São eles: Carlos Veras (PE), José Airtton (CE), Airtton Faleiros (BA) e Nilto Tatto (SP). A lista é preliminar, e novos nomes podem ser autorizados por Lira a irem à conferência bancados pela Câmara.

Armamentistas engrossam atos antide-mocráticos que pedem golpe contra Lula

Membros de grupos armamentistas e apoiadores do atual governo, incluindo caminhoneiros, protestaram contra o resultado da votação e pediram por intervenção militar. Esses grupos fizeram parte da base eleitoral do atual presidente, e durante o governo foram beneficiados com uma série de decretos e portarias. Esse movimento conservador conseguiu eleger 35 candidatos para as vagas de deputado estadual, federal, senador e governador, todos apoiadores do atual mandatário. Os eleitos prometem ser forte oposição no Congresso Nacional contra o governo Lula.